

COLLOGATE, JUÍZO POLÍTICO E OS RUMOS DA DEMOCRACIA NO BRASIL¹

José Maria Gomes

No dia 29 de setembro de 1992, a Câmara de Deputados do Brasil tomou uma decisão inédita na história política do país e da América Latina : por 441 votos a favor e apenas 38 contra, autorizou a abertura do processo de impeachment do Presidente da República no Senado por crime de responsabilidade. A suspensão automática do cargo do presidente Collor durante o referido processo (que pode durar até 180 dias) e a subida do vice-presidente Itamar Franco ao poder, foi a consequência direta dessa decisão. Culminou assim, sob a mais estrita observância dos dispositivos constitucionais, a crise institucional mais grave que a democracia brasileira experimentara na sua curta vida.



Ficavam pra trás quatro meses carregados de revelações escandalosas, de enfrentamentos entre os poderes Legislativo e Executivo e de mobilizações populares que paralisaram as funções de governo e comocionaram a sociedade. Hoje, a apenas duas semanas de distância, o olhar se volta até eles só quando alguém pergunta como foi possível tal acontecimento. Se a pergunta se dirige, no entanto, ao seu alcance histórico, o que em geral se afirma, fora a certeza do fim da era Collor, é uma percepção difusa (onde se misturam a súbita esperança da

mudança com o fatalismo imobilista de um pessimismo arrai-

¹Este texto foi escrito em outubro de 1992, para os leitores argentinos de *Contradogmáticas*.

gado) de que o país quiçá não será mais o mesmo depois desta experiência.

O país, no entanto, após uma festejada celebração pelo resultado e pela forma com que foi resolvida a crise política, passou a concentrar toda a sua atenção no “day after”, indagando-se com a crescente inquietude sobre a capacidade do novo governo em resolver a gravíssima crise econômico-social, que precedia o conflito institucional e que com ele ameaçou aprofundar-se. Sem solução de continuidade, o processo político retomou seu curso com a velocidade exigida por um conjunto de questões prementes : definição da coalizão de forças governamentais, composição do ministério, reformulação das políticas públicas, eleições municipais, tramitação do juízo político no Senado. Dessa maneira, devorado pelo imediatismo e a vertigem de um tempo de crises superpostas, o acontecimento da aprovação do impeachment parece tornar-se cada vez mais distante, com o risco de que a sua significação se dilua no magma caótico de uma memória coletiva estremecida. Voltar a ele e submetê-lo a um exercício de interrogação se apresenta, então, como uma tarefa urgente e necessária que aponta ao núcleo duro do processo de construção da democracia no Brasil.

GÊNESE E DINÂMICA DA CRISE

Como se sabe, o desencadeamento da crise política não derivou das oposições partidárias, nem de um movimento autônomo da sociedade civil, mas do próprio círculo familiar do presidente Collor. Seu irmão, Pedro Collor, em razão de desentendimentos que afetavam os interesses econômicos do grupo familiar, denunciou publicamente a existência de um tentacular e voraz esquema de corrupção no governo, que tinha por cérebro o antigo tesoureiro de campanha eleitoral de Fernando Collor em 1989, e por principal protetor-beneficiário ninguém menos que o próprio Presidente da República. A partir do impacto tremendo desta denúncia que envolvia a autoridade máxima do país, instalou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito e passou a desenvolver-se com a imprevisibilidade e plasticidade inerentes a todo processo de crise, um agudo conflito de poderes no marco das regras estabelecidas pelo regime democrático.

Na verdade, nem o mais otimista dos protagonistas ou observadores acreditava, em princípio, que a Comissão chegaria a algum resultado objetivo. E uma velha e pesada tradição elitista de corrupção e impunidade, de ausência do princípio republicano de distinção entre o público e o privado, e de ineficácia da categoria democrática da responsabilidade política dos governantes que marcam o sistema político brasileiro. Mas a força de certos fatos e os lances de determinados atores falaram mais alto e imprimiram uma dinâmica que levou ao desenlace do pedido de impeachment. Impulsionada primeiro pelas revelações de alguns órgãos da imprensa escrita, e logo pelo excepcional trabalho dos parlamentares de oposição que integravam a Comissão (criaram-se subcomissões especializadas e se fez uso pleno dos poderes de justiça - como a quebra do sigilo bancário dos suspeitos ou o de convocar testemunhas - que a Constituição reconhece), a investigação foi reunindo provas suficientes que demonstravam não apenas a extensão do esquema de corrupção nas altas esferas do governo, e mais, o que era inusitado, a sua conexão direta com os benefícios patrimoniais (carro, reforma milionária dos jardins “babilônicos” da residência particular) e dos gastos pessoais do presidente Collor e família, através de depósitos “fantasmas” nas contas das secretárias particulares.

A estratégia de Collor durante essa fase do processo - que se estende até a aprovação do Relatório da Comissão em plenário - passou da simples negação dos fatos denunciados em sucessivos discursos pela televisão, à invocação de um inverosímil empréstimo de origem duvidosa conseguido no Uruguai para o financiamento da campanha presidencial em 1989 (a chamada

operação Uruguai). Mas ambos os recursos foram virtualmente destruídos por uma espécie de **rebelião dos subalternos** que representaram os dois testemunhas-chave - o do chofer da secretária de Collor e o da secretária de uma empresa envolvida na operação - prestados na Comissão. Com eles e as provas levantadas, ficou em evidência que o perigoso encontro entre poder e dinheiro havia gerado corrupção e mentira, fenômenos que só podem existir na indivisibilidade do poder. Não é casual, por esse motivo, que no trecho final da primeira fase da crise, entre em cena um novo ator : um crescente movimento supra-partidário **pró-impeachment** que, em nome da ética na política (e como resposta espontânea a uma provocação de Collor convocando à sociedade em seu apoio com as cores verde e amarelo da bandeira nacional), vestiu-se de negro e tomou as ruas das principais cidades do país para manifestar a sua indignação contra a corrupção e a impunidade.

Esta grande mobilização popular foi, sem dúvida, o fator decisivo na conclusão e aprovação inesperada do Relatório da Comissão e do ulterior pedido explícito de autorização do juízo político do presidente na Câmara de Deputados, solicitado pelos representantes da Associação Brasileira de Imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil. Mas não se pode ignorar que a esse resultado se chegou por uma convergência de fatores, entre os quais cabe mencionar a magnitude do “assalto aos cofres públicos”, a evidência irrefutável das provas acumuladas pela Comissão, a falta de sustentação política do governo no Congresso e a consistência das forças de oposição neste instaladas, o caráter periférico do próprio Collor com relação ao “establishment” (econômico, regional, partidário, sindical, tecno-burocrático, intelectual), o papel dos meios de comunicação de massas, e até a incidência das crises econômico-sociais (desemprego, super-inflação, queda do salário etc.) na reação da opinião pública.

De qualquer modo, a partir do pedido de impeachment, abriu-se a segunda fase do processo, cujo ponto culminante se alcançaria um mês depois com a sua aprovação. Isolado, descartando a renúncia negociada e tendo por único objetivo impedir a autorização na Câmara com a obtenção de tão somente 168 votos a favor (1/3), o “bunker collorido” voltou-se por inteiro ao mais descarado clientelismo (compra literal de votos) e a uma estratégia jurídico-processual de dilatação dos prazos de maneira a postergar a decisão para depois das eleições municipais de 3 de outubro (pois a disputa envolvia mais de setenta deputados “sensíveis” e exacerbava os ânimos). Nesta batalha jurídica travada com as oposições, até o Supremo Tribunal Federal interviu e a sua resolução acabou legitimando os procedimentos definidos pela autoridade da Câmara de Deputados. Paralelamente continuavam as manifestações de rua e avançavam outras duas investigações sobre Collor - a da Procuradoria Geral da República e a da Polícia Federal - pela Comissão, agora não mais por crime político e sim por crime comum. Esgotados os prazos previstos e fracassada a estratégia da presidência, chegou-se, então ao 29 de setembro com os olhos do país fixos na eleição aberta e nominal da Câmara. E esta em sessão histórica transmitida pela televisão em rede nacional, aprovou o julgamento político no Senado, por uma margem de votos que superou as expectativas mais otimistas das oposições.

SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS E SUAS SIGNIFICAÇÕES

A alegria irreverente com que o povo nas praças das cidades festejou a decisão dos deputados (característica que, além de tudo, esteve presente desde o começo nas manifestações estudantis e partidárias), certamente não deve ser lida como mais uma “carnavalização” brasileira de um acontecimento, por definição grave e doloroso. De fato, a ninguém fogia o peso de sucessivas experiências traumáticas na história dos últimos quarenta anos com relação aos presidentes civis (o suicídio de Getúlio Vargas, a re-

núncia de Janio Quadros, a destituição de João Goulart, a morte de Tancredo Neves). A final de contas, Collor foi eleito por 35 milhões de votos, na primeira eleição democrática levada a cabo após quase trinta anos de abstinência forçada. Por outro lado, como demonstravam diversas enquetes de opinião, a maioria absoluta da população achava que Collor havia perdido de forma irreversível a confiança popular. O escândalo público gerado pelas revelações da Comissão Parlamentar de Inquérito e de alguns setores da imprensa escrita, foi mostrando ao longo do processo que o “rey estava nu”: o jovem impetuoso que dois anos antes tinha ganho as eleições com as promessas de campanha de moralizar radicalmente a vida política do país e empreender a modernização imperiosa da sua economia e sociedade (deixando a direita indignada e a esquerda perplexa) não passava de um **Bob Roberts dos trópicos**, ou seja, de um impostor que alcançou o poder e nele se manteve a partir de um indiscutível domínio das técnicas de marketing político e da política espetáculo (da imagem e da mídia). Em outras palavras, existia um sentimento generalizado de que se o presidente Collor conseguisse rechaçar o impeachment, a crise de governabilidade seria absoluta, pois não teria com quem e nem como governar (desmoralizado frente à população, ameaçado pela justiça ordinária e a desobediência civil, obstruído sistematicamente pelo Parlamento). Razão pela qual, o espectro de um colapso do regime democrático, seguido de uma intervenção militar ordenadora, ganharia força e se expandiria no imaginário coletivo na medida em que se aproximasse o momento de desenlace .

Resulta ocioso assinalar a significação decisiva que esta experiência coletiva tem para o futuro da democracia no Brasil e, particularmente, para a difícil tarefa histórica que enfrenta no presente e que a crise política pôs dramaticamente em jogo : a consolidação do regime democrático. Em um país de pouca tradição democrática, submerso há mais de dez anos na crise econômico-estrutural mais grave da sua história e assolado por uma das situações de desigualdade social mais extremas do mundo, não deixa de ser um acontecimento notável que o Congresso deponha a um presidente “por falta de dignidade e decoro com o cargo” (depois de ter investigado os fatos denunciados de acordo com o estabelecido pela norma constitucional), que o povo exija pacificamente nas ruas a moralização da vida política, que a imprensa realize com independência o seu trabalho de informar à opinião pública, que os partidos e demais atores políticos dirimam os conflitos no mais rigoroso respeito às regras do jogo, que o poder judiciário intervenha como guardião da lei e das instituições, em fim, que os militares não intervenham no desenvolvimento da crise e assistam passivamente desde os quartéis.

Sem dúvida, o processo revelou a importância crucial da vitalidade das instituições e a responsabilidade da classe política para a solução da crise, assim como da participação da cidadania exigindo em praça pública, contra o aparente triunfo da razão cínica na política, a vigência do ideal democrático da visibilidade do poder, da publicidade dos atos do governante, de modo a estar em condições de formar uma vontade política a respeito do lícito e o ilícito; o justo e o injusto; o legítimo e o ilegítimo na sociedade. Todos esses elementos abrem, por tanto, a possibilidade inédita de que o regime democrático alcance uma eficácia social e histórica. Mas, não é mais do que uma possibilidade, ou melhor dizendo, apenas um umbral .de um processo de construção que certamente será lento e difícil. Ocorre que a crise política também revelou a fragilidade da nova democracia brasileira, já presente no fato de que um aventureiro sem partido e com um discurso anti-político tenha sido eleito presidente, isto sem fazer menção às práticas recorrentes do clientelismo e corrupção agora postas a nu (e que certamente não começaram e nem terminarão automaticamente com o Collorgate). Se o que se pretende, então, é criar condições de existência de uma democracia política sólida e durável, parece mais do que evidente a necessidade e urgência de

introduzir e aprofundar as reformas nos planos institucional (sistema eleitoral, financiamento de campanhas, forma de governo), social, cultural e econômico. Nesse sentido, **o Brasil do impeachment**, é um bom começo para construir uma ponte entre o passado e o futuro, entre memória e projeto. Caso contrário, **o outro Brasil**, o do abandono e extermínio de menores, da precariedade ou inexistência dos direitos civis fundamentais, da violência urbana, da subcultura anti-ética do “vale tudo”, prosseguirá a sua marcha de desagregação e barbárie. O massacre de mais de cem presos comuns pela Polícia Militar de São Paulo, que aconteceu quatro dias após a aprovação do julgamento político do presidente e que tanta repercussão teve na opinião pública nacional e internacional, talvez sirva para lembrar que não há fundação democrática possível enquanto perdurem os múltiplos signos dessa terrível realidade.

